

## O feminino no discurso policial militar: da “ordem unida” ao “espírito de corpo”

Geórgia Ferreira

**Resumo:** Neste artigo buscamos refletir sobre as formas com as quais o corpo feminino foi representado e construído no discurso policial militar. O *corpus* escolhido para análise foi uma matéria publicada em 1990 no jornal “A Tarde”, , que retratou o início do treinamento das primeiras mulheres a ingressarem nas fileiras da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Utilizamos a análise materialista do discurso (AD), aos moldes de Michel Pêcheux, como aporte teórico-metodológico. Refletimos, portanto, sobre os modos pelos quais o corpo feminino foi discursivizado com base nas normas, regras e estética policial militar, destacando, pela memória discursiva, o papel da historicidade e da concepção de assujeitamento do sujeito, atravessado pela língua e história, e interpelado pela ideologia. O corpo das mulheres ingressas naquela Corporação foi modelado através da introjeção dos valores castrenses e de suas interdições, estabelecendo “o que poderia ou não ser dito”, pelas agentes de segurança pública.

**Abstract:** In this article we seek to reflect on the ways in which the female body was represented and constructed in the military police discourse. The *corpus* chosen for this analysis was an article published in the newspaper “A Tarde” in 1990, which portrayed the training of the first women to join the ranks of the Military Police of Bahia (PMBA) at its beginning. We employ materialist discourse analysis (DA) along the lines of Michel Pêcheux as a theoretical and methodological contribution. We reflect, therefore, on the ways in which the female body was rendered discursive, based on norms, rules and military police aesthetics. We therefore highlight, through discursive memory, the role of historicity and the concept of subjecting the subject, crossed by language and history and questioned by ideology. The bodies of women joining that Corporation were shaped through the incorporation of military values and interdictions, establishing “what could or could not be said” by public security agents.

O presente texto consiste em um breve estudo à luz da Análise de Discurso de vertente pecheutiana (AD), que traz como materialidade discursiva o corpo feminino, especificamente, o do sujeito mulher que se transformou em policial militar. Utilizamos o vocábulo “transformação” porque a mulher, ao adentrar em um espaço essencialmente masculino, através do criterioso processo de recrutamento e seleção, foi transformada em policial militar, através da incorporação de normas e regras para o exercício de sua atividade.

O ingresso de mulheres na Polícia Militar da Bahia (PMBA) ocorreu através da assinatura do decreto n.º 2.905, de 19 de outubro de 1989, pelo então governador Nilo Coelho. O texto legal criava a Companhia de Polícia Militar Feminina (Cia PM Fem). Observamos, portanto, que a abertura das portas da operacionalidade às mulheres não foi plena (Ribeiro, 2018), e sim, circunscrita a um espaço específico. Nesse aspecto, não diferiu das demais forças policiais brasileiras pioneiras nesse processo iniciado em 1955, com a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

Sob o comando, à época, do Major PM Antônio Melo, foram matriculadas no curso de formação 28 alunas a sargento e 80 alunas a soldados, que deviam então internalizar as rotinas e aprender o ofício policial militar. Estava formada a primeira turma de policiais militares femininas no Estado da Bahia.

O processo de formação ocorreu em separado da tropa, ou seja, promoveu-se um curso de formação de policiais exclusivo para mulheres. Durante o período formativo, as selecionadas ocuparam as instalações da Vila Policial Militar (VPMB), localizada no Bonfim, bairro da cidade do Salvador. Acredita-se que, a formação “não visível aos olhos da tropa, para que a materialidade desse novo sujeito fosse, aos poucos, absorvida” (Moreira, 2016, p. 102) era necessária como alternativa para amenizar o impacto da concretude de mulheres sendo transformadas em policiais militares.

Esse processo de inclusão, de certa maneira excludente (Schactae & Moreira, 2020), se estendeu até 1996, quando a Companhia foi extinta como um quadro separado no interior da PMBA, e as profissionais, distribuídas nas mais diversas Unidades Operacionais (Uop) daquela Corporação.

Sendo assim, nosso objetivo no presente artigo é perceber os modos como o corpo da mulher foi construído e padronizado nesse espaço, transformando-se em corpo policial militar feminino. O corpo, entendido neste estudo como unidade de discurso “é, pois, um lugar de discursividade, onde se inscreve a ideologia, onde se materializam sentidos” (Alvarez, 2020, p.79). Compreendemos o “corpo como sentido, corpo como discurso” (idem) se constituindo em um lugar de produção de discurso, onde se cruzam memória, ideologia e apagamentos, elementos que possibilitariam a materialização de dizeres.

O *corpus* selecionado para análise foi uma matéria intitulada – ‘Mulher começa bem o treinamento na PM’, publicada em 18/05/1990, no jornal *A Tarde*, periódico de grande circulação na Bahia. A reportagem é composta de notas que retratam a rotina, a ambientação, a facilidade de adaptação e a estética policial feminina, destacando o cabelo e a maquiagem. Lembremos que o



conceito de corpo e *corpus* são distintos. Enquanto o corpo é local de materialização dos sentidos; o *corpus* configura-se em um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo, por sua vez restrito aos discursos produzidos (Courtine, 2009) por diversas fontes. Essas conceptualizações compõem a teoria materialista do discurso conhecida como AD, aporte teórico metodológico desse estudo.

Recorremos à AD porque essa teoria “oferece ferramentas conceituais para análise dos acontecimentos discursivos” (Gregolim, 2007, p. 13). Afloram na AD, portanto, diversas categorias analíticas, destacando-se as noções de ideologia, de formação discursiva (FD), de interdiscurso e de sujeito, selecionadas para a análise do *corpus* desse artigo. Nesse passo, os tópicos subsequentes apresentam a pedagogia militar que “modelou” seus corpos femininos, construindo o sujeito histórico-discursivo mulher, policial e militar.

### O lugar teórico: breves apontamento sobre AD

A Análise de Discurso de vertente francesa teve como precursor Michel Pêcheux, constituindo-se epistemologicamente como uma teoria não-subjetiva da subjetividade, onde o sujeito não é dono do seu dizer, mas é afetado pela ideologia, história e inconsciente. O seu objeto, o discurso, é definido como o efeito de sentido entre os pontos A e B, sendo A e B as representações do sujeito no discurso (Pêcheux, 1997) a partir da conjunção entre língua e história.

Os escritos pecheutianos nasceram em um período de efervescência cultural na França, nos idos dos anos 1960. Assumindo a postura de uma disciplina de entremeio, a teoria materialista do discurso, como também é conhecida a AD, teve o seu quadro epistemológico alicerçado em três áreas do conhecimento: a linguística saussuriana, o materialismo histórico e a psicanálise lacaniana.

Da teoria linguística saussuriana, Pêcheux questionou a ideia de homogeneidade, pontuando que o sistema linguístico é sujeito ao equívoco, haja vista que o sentido das palavras pode sempre ser outro. Já do materialismo histórico, a partir da releitura althusseriana dos estudos de Marx, apresentou a ideologia como requisito para a constituição dos indivíduos em sujeitos do discurso. E com a concepção lacaniana, juntamente com Fuchs, afirmou que o indivíduo seria constituído por vozes e discursos sociais armazenados em seu inconsciente, mas a ideologia que o interpela em sujeito dissimularia esse funcionamento, fazendo com que ele tivesse a impressão de exercer sua livre vontade.

Falaremos um pouco sobre a noção de ideologia. Segundo Althusser (1975, p. 99, grifos do autor), a ideologia “age ou funciona de tal forma que recruta sujeitos entre indivíduos (...). ou transforma os indivíduos em sujeitos (...)por essa operação (...) a que chamamos de interpelação”. A noção de interpelação do sujeito levou Pêcheux a afirmar que a AD se constituiria num esboço de uma análise não subjetiva do sujeito, afastando-se da ideia de sujeito origem, sujeito intencional, colocando-o na dimensão do sujeito assujeitado. Assim, na perspectiva discursiva, a ideologia é

caracterizada como “uma prática, e esta prática envolve, afeta e faz parte do processo de significação do corpo do sujeito” (Orlandi, 2017, p. 87), aspecto que nos interessa.

Submisso à língua e interpelado pela ideologia, esse sujeito se inscreve numa dada formação discursiva (FD) que é componente de formações ideológicas (FI). Cada FI “constitui um conjunto complexo, de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras” (Pêcheux & Fuchs, 1997, p. 166, grifos do autor). As formações discursivas, por sua vez, são compreendidas como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux, 2014, p. 147).

Percebe-se, desse modo, que o sujeito do discurso não é um indivíduo. Esse lugar é preenchido pela forma-sujeito de uma determinada FD. Entende-se, portanto, que é a partir da forma-sujeito que o sujeito discursivo se inscreve numa FD, com a qual se identifica e “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (Pêcheux, 2014, p. 158, grifo do autor), pois não se dá conta do seu assujeitamento ideológico, da não-transparência.

Sabendo que o corpo, no campo da AD, é considerado como uma materialidade discursiva, consideramos que ele é objeto de inscrição ideológica, de valores e de atributos que contribuem para construção dos processos identitários dos sujeitos, constituindo-os em uma posição ou forma sócio-histórica. Após essa breve explanação, iniciaremos a análise do *corpus*.

### “Mulheres em marcha”: o ordenamento do corpo

A reportagem, cujo título “Mulher começa bem o treinamento na PM” aparece em negrito e com fonte maior que a do texto, ganha destaque na página policial. O enunciado produz um sentido relacionado à capacidade feminina de realizar treinamentos que exigem força física. Assim, a partir da afirmação de que mulher começa bem tal treinamento, instaura-se uma surpresa, pois dentro da formação discursiva patriarcal que concebe a mulher como frágil e incapaz, essa constatação chama a atenção. Há aí um *já-lá* inscrito no interdiscurso, que questiona a capacidade da mulher de ir bem em atividades que exigem força física, ligando-a à ideia de fragilidade.

A surpresa, portanto, constrói-se a partir da concepção prévia de que diferenças de gênero e força física justificariam o alijamento da mulher das atividades consideradas violentas e/ou viris. Essa concepção é pautada na FD patriarcal, fortemente ligada à FD policial militar. O discurso reforça a distinção de gêneros ao portar a noção de que a diferença entre homens e mulheres é natural e não fruto de uma construção histórica e cultural.

Esse estranhamento ainda avança quando se pensa no ingresso de mulheres após concurso público, conhecido no ambiente policial militar como processo de recrutamento e seleção, em uma

instituição essencialmente masculina e atrelada à virilidade. Pensando que o processo formativo seria “basicamente o mesmo do policial masculino”, conforme destaca a matéria, a regra seria o feminino não se adaptar ao trabalho policial em razão da sua suposta fragilidade; razão pela qual as mulheres exerceriam atividades ligadas ao cuidado e à maternagem.

Assim, a reportagem pode remeter, com estranhamento, à facilidade de aprendizado da mulher, materializada nos trechos: “as garotas têm mostrado mais facilidade de aprender do que os homens”; “a mulher assimila mais rápido parte da instrução. Para nós, isso causa surpresa”; “o comandante Melo confirma, dizendo que elas estão superando as expectativas, adaptando-se muito bem à vida militar e demonstrando capacidade superior ao policial masculino”. Interessante mencionar que esses excertos da reportagem correspondem a falas atribuídas ao comandante da Cia PM Fem à época, o Major PM Antônio Melo, e aos demais integrantes dessa UOp, responsáveis pelo processo formativo das primeiras mulheres.

O corpo da mulher, então, precisava corresponder às expectativas do treinamento militar que envolve maleabilidade, resistência física, manuseio de arma de fogo e atividades de psicofadiga - treino intenso com testes físicos e psicológicos - para se tornar um corpo de uma policial militar. Há um trabalho de construção e transformação desse corpo a partir da disciplina e do treino, materializada nos trechos “durante as primeiras semanas no quartel, elas fizeram ordem unida todas as tardes” e “alheias à curiosidade, as alunas desfilam pelas ruas internas da vila, marchando, correndo, alternando posições de sentido com marchas e outras ordens de comando”.

Lembremos Ferreira (2013, p. 78), quando afirma que

(...) assim como a língua não é um ritual sem falhas (como nos lembra Pêcheux), a ideologia também não o é, e tampouco o corpo. Se os equívocos da língua irrompem no real da língua, e os equívocos historicizados se materializam na ideologia, podemos nos arriscar a dizer que o corpo seria o lugar de simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos – tanto os da língua quanto os da história.

O corpo surge então, para a AD, relacionado a novas formas de assujeitamento, e portanto, associado à noção de ideologia. Logo, “mais do que objeto teórico, o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade, (...) lugar do visível e invisível” (Ferreira, 2013, p. 78). Cabe mencionar que, mesmo em um espaço masculino, a inserção da alteridade foi marcada pela contradição, presente na própria FD policial militar - assim como a construção do seu corpo. As mulheres deveriam executar tarefas masculinas, contudo, em razão de sua condição biológica, lhes foram atribuídas tarefas tidas como culturalmente femininas. Isso nos levou a refletir sobre a conceito de gênero nesse ambiente.

Segundo Butler (2003), esse conceito teria sido forjado como oposição ao determinismo biológico, ou seja, o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu. Esse determinismo

serviria à naturalização das desigualdades entre homens e mulheres, sendo significadas e valorizadas pela cultura de forma a produzir diferenças que seriam ideologicamente afirmadas como naturais. Isso porque

(...) a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p.26).

Verifica-se então que a noção de gênero como construção leva a outro tipo de determinismo, dessa vez não o biológico, mais sim o cultural, que utiliza o sexo como referência. Continua Butler (2003, p. 27), argumentando que “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais”, e mostrando que o corpo é envolvido pelo discurso desde a concepção, logo, marcado por significados culturais. O sexo, tal como o gênero, é um efeito do discurso, já que “o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva” (Butler, 2003, p.27). Dessa maneira, o binarismo homem-mulher sustentou, de certo modo, a subalternidade da mulher nesse espaço, creditando a sua inserção a ideia de complementariedade no policiamento.

Dessa maneira, para analisar os trechos destacados, passamos a descrever as rotinas disciplinares: o curso ocorreu em regime de semi-internato para as alunas advindas do interior do Estado, que correspondiam a 32 mulheres, como exposto no trecho “parte das alunas – 32, que vieram do interior – está morando na Vila Policial Militar, no prédio destinado a Corporação Feminina”. A rotina começava as cinco horas da manhã, em razão da alvorada, para as alojadas. Em geral, conforme descreve a reportagem, a apresentação ocorria às 07h30, e as atividades terminavam às 17h30, com duas horas para almoço. As aulas de defesa pessoal e educação física ocorriam de segunda a quinta, sempre às 16h30. Às sextas, as alunas eram liberadas no turno vespertino para resolver demandas pessoais.

Nas primeiras semanas de curso, elas assistiram a palestras ministradas pelos oficiais da Cia PM Fem, nas quais foram apresentadas as regras de convivência básica no quartel. Isso implica dizer que no decorrer desse processo, as aspirantes a soldados e a sargentos foram direcionadas aos rituais burocráticos de recepção e organização próprios do ambiente policial militar.

Vimos que “nos primeiros dias, as alunas se apresentaram e escolheram o nome de guerra – pelo qual serão conhecidas nos meios militares. A maioria optou pelo primeiro nome, mas algumas preferiram, como acontece com os homens, ser chamadas pelo sobrenome”, diz o trecho extraído da reportagem. Contudo, “a nomeação individual no militarismo tem por base o nome da família, o

sobrenome, tal qual uma nobreza feudal – o sobrenome dos guerreiros. No caso das mulheres, a nomeação foi inversa, pois era necessária a distinção e a identificação pelo sexo, pelo corpo, em todas as instâncias” (Moreira, 2016, p. 108). Por essa lógica, os sobrenomes dariam ideia de masculinidade. Era preciso saber, mesmo que distante do olhar, que se tratava de uma mulher policial, reforçando a diferença sexual.

Ainda nesse passo, Moreira (2016, p. 107, grifo nosso), alertou que

Se, por um lado o curso de formação dos sujeitos [...] femininos, comparativamente ao dos praças masculinos, mostra-se amenizado, pois protegido, no que diz respeito aos horários, alimentação e limpeza, por outro lado, para as mulheres, foram criadas regras específicas de conduta. [...] **A normatização do corpo feminino policial aconteceu ao longo do processo concreto da inclusão: o curso de formação e a posterior ocupação no cenário urbano.**

Para normatizar esse corpo, o curso de formação recorreu a alguns componentes curriculares. O primeiro deles foi a instrução da Ordem Unida. Segundo o Manual de Campanha C 22-5, aprovado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, a Ordem Unida proporciona aos militares os meios para se apresentarem e deslocarem em perfeita ordem, independente das circunstâncias do combate, treina oficiais e graduados para exercerem o comando de tropa, desenvolve sentimento de coesão e obediência, eleva as apresentações militares em paradas com energia e marcialidade, constituindo-se, dessa maneira, numa verdadeira escola de disciplina. Nesse diapasão, a Ordem Unida

se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruendos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra (Exército Brasileiro, 2000, p. 3).

O corpo da policial militar, assim como o masculino, tornou-se algo “que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos a posturas, [...] se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos” (FOUCAULT, 1997, p. 162), impondo-lhes a relação docilidade-utilidade, através do poder disciplinar. A disciplina, segundo Foucault (1997, p. 164, grifo do autor), fabrica “corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”, que aceitam e obedecem a subordinação hierárquica dentro dessa ritualística, contradizendo a imagem de doçura e submissão característica do que se diz na formação discursiva patriarcal sobre as mulheres.

A imagem abaixo, constante na reportagem em análise, mostra o grupamento feminino em forma, na posição de descansar, no pátio da VPMB, sendo revistada pelo comandante ou oficial superior. Dispostas em linha, em frente ao pavilhão, as alunas, aspirantes a sargentos a soldados, trajavam calça jeans, camiseta branca, tênis, cinto, uma vez que, seus uniformes estavam sendo confeccionados e se encontravam na semana de adaptação/adestramento.

**Imagem 1.** Alunas a sargentos e alunas a soldados na Vila Policial Militar

**Fonte:** Jornal A Tarde – matéria publicada em 18/05/1990 – Biblioteca Central



As disciplinas ministradas no curso de formação das mulheres tiveram o mesmo conteúdo programático aplicado aos homens, e focavam nas técnicas policiais militares, conforme se lê no trecho “O currículo é basicamente o mesmo de policial masculino: técnica policial; armamento e tiro; legislação; direitos humanos; defesa pessoal; psicologia; entre outras matérias”. Todavia, além das disciplinas comuns aos cursos de formação, as alunas policiais tiveram um componente específico: noções de serviço social e direitos do menor, “pelo serviço que prestarão à comunidade feminina, de idosos e menores”, explicação materializada na reportagem. O que rememora parafrasticamente a saberes e práticas “já ditas” interdiscursivamente, em outro local e momento, sobre ser mulher na sociedade, em relação ao espírito maternal e à capacidade de cuidar; já-ditos retomados nos moldes utilizados pelas forças policiais pioneiras na inserção do feminino na caserna, vindo ao encontro do ideal para a função de policial feminina.

É necessário perceber que “mais uma vez a língua traz as marcas do funcionamento discursivo, presentes na formação discursiva patriarcal, que coloca os sujeitos ‘nos seus devidos lugares’” (Alvarez, 2020, p. 68). A inclusão da disciplina “serviço social e direitos do menor” mostra que, apesar de terem ingressado no funcionalismo público, especificamente na força policial militar, e de que “a disciplina a que foram submetidas e as avaliações a elas aplicadas não destoavam dos



ensinamentos e regramentos que eram destinados aos homens policiais” (Moreira, 2016, p. 121), persistia uma diferenciação de gêneros, em que as mulheres deveriam ser colocadas em um local específico, realizando tarefas diferentes daquelas realizadas pelos homens e consideradas mais adequadas à sua “natureza feminina”.

Às mulheres caberia, portanto, o policiamento ostensivo voltado ao atendimento de idosos, ladras, mulheres e crianças, reforçado em mais um trecho da notícia, que assim explica “sem prejuízos do trabalho em outras áreas, elas atuarão em locais de fluxo turístico, em ocorrências policiais envolvendo menores ou mulheres no trânsito”. Os sentidos que circulam nesse espaço, nos leva a enxergar que “o trabalho feminino remonta ao seu sentido derivado da formação discursiva patriarcal: é discursivizado como sendo uma extensão do ‘trabalho maternal’. Há aí um sentido naturalizado pelo funcionamento da ideologia: o trabalho feminino tem que ser o doméstico” (Alvarez, 2020, p.69), retomando o discurso maternalista. A mulher passa a ocupar outros espaços, mas o faz trazendo atribuições próprias da construção das mulheres, o cuidado doméstico e a maternagem, sua vocação natural (Beauvoir, 2009), a capacidade de acolher e oferecer um tratamento mais cortês.

Percebemos, portanto, que a inserção das mulheres nos espaços públicos por meio da constituição de uma imagem ideal das mulheres nos quartéis, com o seu consequente uso social, junto à regulação do comportamento feminino por meio de parâmetros morais, exercem clara incidência sobre os corpos e o trabalho das mulheres na polícia. É a partir do controle sobre o corpo que a instituição molda a imagem feminina e fornece os parâmetros de atuação no campo policial, sinalizando valores a serem incorporados e também interdições.

Conter essa suposta tensão e manter os corpos da forma-sujeito mulher policial militar entre a tênue linha feminilidade e força – ideal militar, onde incorpora-se a *military masculinity* (Tasker, 2004), seria a grande tarefa dos treinamentos destinados às primeiras ingressas. Nesse processo, os seus corpos seriam adequados aos padrões exigidos pela Corporação pois “*a militarized female masculinity here embodies both the transgression of gendered codes and a longing for belonging ...*” (Tasker, 2004, p. 108) aquele espaço.

Por outro lado, a FD policial militar evoca o discurso científico materializado nos textos das defensoras do policiamento feminino, Esther Figueiredo Ferraz, Hilda Macedo e Maria Luísa Pedroso, basilares para a criação da Polícia Feminina em São Paulo, nos anos de 1955. Defendiam que o feminino seria o ideal para assistir os declarados crianças, idosos e outras mulheres, inclusive aquelas de comportamentos desviantes da feminilidade idealizada, aproximando-se do discurso das sufragistas. De qualquer sorte, esclarece Moreira (2017, p. 91):

ao defenderem feminilizar/maternalizar um dos espaços construtores e reprodutores da masculinidade viril – a atividade policial militar-, as justificativas de inclusão de mulheres

na Polícia, por essas mulheres elaboradas, deslocaram e embaralharam as delimitações simbólicas entre masculino e feminino.

A presença de mulheres na instituição polícia militar marcada por atividades viris, mesmo que designadas às funções assistenciais, não poderia deixar dúvidas, quanto aos aspectos heteronormativos. Isso porque, para concretizar a transformação das alunas policiais em militares, foi necessário submeter o corpo feminino às técnicas policiais para que as aprendesse, adaptando-se aos movimentos da Ordem Unida, militarizando seus gestos. Ao mesmo tempo, era preciso combinar as noções de serviço social e as regras militares com o “o já sabido” a ser aperfeiçoado: em especial, as características específicas à dita feminilidade (Moreira, 2017), como o estilo de cabelo, unhas e maquiagem - aspectos que abordaremos no tópico a seguir.

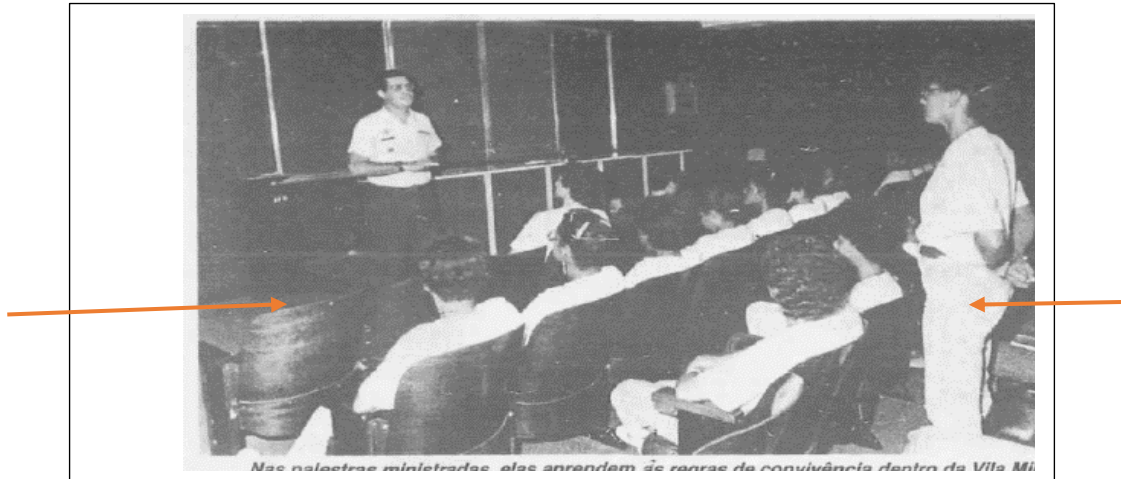
### **Sob os olhos do quartel e da imprensa: pelotão de mulheres policiais em revista – padronização estética**

Os corpos marcados pelos efeitos da hierarquia e disciplina passam a ter seus gestos e comportamento manipulados. Nesse processo de inscrição na forma-sujeito mulher policial militar, embora incorporem traços guerreiros, tendem a exigir desse sujeito mulher maior atenção ao uso de maquiagem e discrição na escolha dos brincos, esmaltes e disposição do cabelo, mantendo-se “‘femininas’ e ao mesmo tempo preparadas para o exercício da atividade policial sem se ‘masculinizarem’, as policiais contribuiriam (...) para a humanização da imagem da PM” (Souza, 2015, p. 10, grifo do autor).

Esse processo começaria no período de adaptação, alocando-as na condição de “bichos” (Castro, 2004). O vocábulo, segundo o antropólogo, designaria os alunos iniciantes dos cursos de formação de policiais e que, curiosamente, pode ter originado o termo “bichoforme”, para definir o uniforme peculiar utilizado pelos recrutas, novatos ou neófitos nesse meio, ou seja, a calça jeans, tênis e camiseta branca, conforme se vê na imagem 2. Essa prática, comum na caserna, é silenciada na reportagem, que apenas traz o seguinte trecho: “o uniforme provisório – jeans e camiseta- será usado até o final deste mês. É o prazo para que os novos uniformes estejam prontos”. A demora na entrega se deve a algumas adaptações, como a produção de coturnos em formas menores.

**Imagem 2.** Alunas em aula no auditório

**Fonte:** Jornal A Tarde – matéria publicada em 18/05/1990 – Biblioteca Central



Nessa imagem ainda se observa uma aluna militar em postura ereta, na posição de descansar, olhar firme no horizonte, comportamentos militarizados internalizados, com vestimentas que não erotizam seu corpo nem valorizam suas curvas. Outro detalhe importante refere-se à padronização dos cabelos, unhas e maquiagem pela Instituição, através do curso formativo. A materialidade analisada descreve que “a regra básica para o cabelo é: quem tem curto, desde que não cubra a gola da blusa, pode mantê-lo solto. As que tiverem cabelo abaixo do ombro, se não quiserem cortá-lo, deverão usar uma trança embutida ou coque”, requerendo uma disciplinarização dos cabelos que, antes de tudo, são elementos de sentido. A normatização do cabelo indica a adequação do corpo à disciplina militar, a inserção desse sujeito-mulher nos moldes da hierarquia e uniformização, portanto, o cabelo é elemento que significa. Assim, se as mulheres não tivessem cabelos curtos, deveriam prendê-los em rabo de cavalo e fazer um penteado em coque.

Segundo Moreira (2016, p. 112),

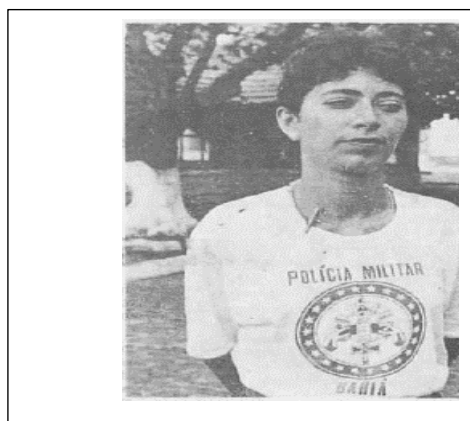
Para os militares, raspar ou manter os cabelos curtos é tanto uma questão de higiene quanto de disciplina, pautada na necessidade de homogeneização, tal qual a disciplina carcerária que ordena as aparências através do controle das cabeleiras. Um olhar que define, para as mulheres, o cabelo “é o sinal mais visível da feminilidade”; a virilidade se proclama através dos cabelos curtos ou raspados.

Além da homogeneização da tropa feminina, a preocupação em conter os cabelos remonta aos já-ditos da formação discursiva patriarcal, a qual pregava que entre os séculos XV a XIX, em

público, “os cabelos femininos raramente apareciam soltos, na maioria das vezes estavam presos. Somente eram soltos na intimidade do lar, para o marido, ou no quarto antes de dormir” (Perrot, 2007, p. 56), pois “os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado” (idem) e, portanto, deveriam ser presos em coque, ser controlados, amarrados (imagem 3). Ao mesmo tempo, aparecem as marcas de construção de sentidos quando a Instituição autoriza as mulheres a usarem um corte de cabelo curto, conforme imagem também extraída da materialidade discursiva analisada, oscilando entre a emancipação feminina e o patriarcado.

**Imagem 3.** Aluna em entrevista

**Fonte:** Jornal A Tarde – matéria publicada em 18/05/1990 – Biblioteca Central



Além da padronização dos cabelos, o uso de acessórios também foi normatizado. Elas apenas poderiam usar “brinco sem pingente, relógio e aliança ou anel de formatura” quando fardadas, segundo trecho da reportagem; o que permite circular sentidos de que, no quartel, a feminilidade era controlada, algo que perdura nos tempos atuais, parametrizado em portaria que versa sobre o padrão estético para apresentação pessoal, tanto masculino quanto feminino.<sup>1</sup> Os brincos deveriam ser pequenos não ultrapassando o lóbulo da orelha, e eram permitidos apenas um anel e um relógio de pulso. Maquiagens extravagantes eram terminantemente proibidas e o tamanho das unhas não poderia ultrapassar a falange distal.

Nesse espaço, não se fala em estética feminina enquanto definição de padrões de beleza. As condições de produção dessa análise nos levaram para um ambiente marcado pela virilidade, onde

---

<sup>1</sup> Portaria n.º 001-CG/2017, facilmente encontrada no site de pesquisa Google. Os regramentos estéticos ainda permanecem, apenas com algumas ressalvas: cabelos soltos, somente com tamanho que não ultrapasse a gola da camisa; trança ou rabo-de-cavalo somente são permitidos quando se utiliza uniforme para realização de práticas desportivas. Quanto aos esmaltes, os tons em vermelho e francesinha passam a ser liberados e são encorajados os tons que não contrastem com a pele.

a entrada do feminino, cujo corpo “é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes, roubado” (Perrot, 2007, p. 74), passa a ser idealizada e padronizada para aquele ambiente, ou seja, a feminilidade é valorizada, mas de forma controlada. Percebendo o atravessamento do interdiscurso, ressaltamos que “o discurso que definiu as atividades da polícia feminina existia em outros espaços sociais e estava inscrito em corpos de mulheres que, para serem reconhecidas, precisavam assumir o discurso institucional” (Schactae, 2016, p. 95); discurso este, portanto, que remete a já-ditos.

O trecho “os adereços ainda são muitos também, mas todas demonstram estar dispostas a entrar no esquema” materializa que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação [do sujeito] com a formação discursiva que o domina” (Pêcheux, 2014, p. 150). As alunas policiais em fase de aprendizado das regras corpóreo-ideológicas da caserna passam a se identificar com a formação discursiva dominante, no caso a policial militar, estando dispostas a “entrar no esquema”. Lembremos que esse processo foi definido por Pêcheux como a primeira modalidade de subjetivação da forma-sujeito que “consiste numa superposição (um recobrimento) entre sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que ‘a tomada de decisão’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de ‘livre consentido” (2014, p. 199, grifos do autor).

### Considerações finais

As armas e as fardas já não pertencem exclusivamente aos homens. Esses símbolos, identificadores da virilidade, foram cedidos às mulheres que se tornaram policiais militares. Contudo, para que esse processo de fato ocorresse, foi necessária a criação de uma Companhia Feminina, um espaço socialmente demarcado, com atividades específicas que delimitavam as fronteiras entre feminino e masculino, bem como a forja dos seus corpos.

Para compreender de que maneira ocorreu a construção desse corpo, aqui entendido como materialidade discursiva, escolhemos como *corpus* de análise uma reportagem publicada no jornal “A Tarde”, nos anos 1990, que retratava o início do treinamento das primeiras policiais militares do estado da Bahia. Observamos que o corpo dessas mulheres foi construído e modelado através do poder disciplinar, termo tomado de empréstimo dos estudos de Foucault, no curso de formação.

Conforme destaca a materialidade, às mulheres foram ofertados os mesmos componentes curriculares utilizados na formação dos homens. Todavia, existia um elemento pedagógico diferenciador: a matéria “noções de serviço social e direitos do menor”. Este aspecto permite deslizar sentidos sobre o papel e atribuições do feminino na caserna, cujas responsabilidades estariam atreladas ao cuidado de idosos, mulheres e crianças. Em outras palavras, o cuidado, a proteção e a informação definiam o feminino.

Soma-se a isso a padronização do cabelo e do uso de adereços. Os símbolos da feminilidade deveriam ser contidos, mas, ao mesmo tempo, ser usados para não “tornar os corpos femininos

masculinizados”. Não por acaso, o uso discreto de joias como brincos e anéis, maquiagem discreta, unhas curtas, cabelos presos em coques ou curtos, evidenciam a sua condição de mulheres, sem comprometer a honra da farda, já que a feminilidade era externada sem exageros, conforme nos alertou Souza (2015), caracterizando-as como agentes de segurança pública.

A materialidade analisada ainda revelou que a partir do controle do corpo a Instituição policial moldou os comportamentos das mulheres ingressas, definiu os valores a serem incorporados e as interdições, estabelecendo “o que poderia ou deveria ser dito”, evidenciando os saberes da formação discursiva (FD) militar. A FD militar, à qual se inscreveram, marcou o corpo das mulheres policiais e construiu sua imagem, pautada em regras e parâmetros que incidiram sobre o seu comportamento, como uso de batom, maquiagem, brincos, bolsas - aspectos que demarcam a posição-sujeito de mulheres na – e da - segurança pública. São corpos marcados e/ou forjados na hierarquia e disciplina, valorizados a partir da dimensão materna e do cuidado.

Entre os comandos de “esquerda e direita volver”, “em forma”, posturas e gritos de guerra, foi iniciada a interiorização desses regramentos nos corpos femininos civis a fim de se obterem respostas padronizadas e imediatas e, conseqüentemente, torná-los corpos militares.

## Referências

- Alvarez, P.H. (2020) *Mulheres em Revista: a discursivização da mulher na revista jornal das moças da década de 1950*. São Carlos: Pedro & João Editores.
- Althusser, L. (1975) *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes.
- Bahia 1989, *Decreto Estadual n.º 2.905, de 19 de outubro*. Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Feminina no Estado da Bahia.
- Exercito Brasileiro (2000) ‘Manual de Campanha – Ordem Unida’, acessado em 08 de abril de 2021, <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>>.
- Beauvoir, S. (2009) *O segundo sexo*, Tradução Sérgio Milliet, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Tradução de Renato Aguiar, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Courtine, J-J. (2009) *Análise do discurso político. O discurso comunista endereçado aos cristãos*, Trad. Vanice Sargentinni (org.), EdUFSCar, São Carlos.
- Castro, C. (2004) *O espírito militar: um antropólogo na caserna*, 2. Ed, Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- Ferreira, M. C. L. (2013) ‘O corpo como materialidade discursiva’, *REDISCO*, n.º 01, acessado em 09 de abril de 2021, <<https://core.ac.uk/download/pdf/236654571.pdf>>.
- Foucault, M. (1987) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Vozes, Rio de Janeiro.



- Gregolim, M. R. (2007) Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *CMC: comunicação, mídia e consumo*, 4 (11), pp. 11-25, acessado em 20 de abril de 2021, <<http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v4i11.105>>
- Jornal A Tarde (1990) ‘Mulher começa bem o treinamento da PM’.
- Moreira, R. (2016) *Entre o mito e a modernidade: a entrada de mulheres na Polícia Militar do Paraná*, Editora Unicentro, Guarapuava.
- Moreira, R. (2017) *Sobre mulheres e polícias: Polícia feminina no Brasil – a invenção paulista (1955-1964)*, Editora Unicentro, Guarapuava.
- Orlandi, E. P 2017, *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*, Pontes Editores, Campinas.
- Pêcheux, M 2014, *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*, Editora da UNICAMP, Campinas.
- Pêcheux, M (1990) *Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pontes, Campinas.
- Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1997) ‘A propósito da análise automática do serviço: atualização e perspectivas’, In: Gadet, F. & Hak, T. (org.), *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*, 2ª ed, pp. 163-252, UNICAMP, São Paulo.
- Pêcheux, M. (1997) ‘Análise automática do discurso (AAD-69)’, In: Gadet, F. & Hak, T. (orgs), *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*, 2ª ed, pp. 61-162, UNICAMP, São Paulo.
- Perrot, M. (2007) *Minha história de das mulheres*, Contexto, São Paulo.
- Schactae, A. M. (2016) ‘A arma e a saia: definindo a atividade policial feminina e reconstituindo diferenças de gênero’, *O público e o privado*, 28, pp. 91-109, acessado em 10 de abril de 2021, <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=2136>>.
- Schactae, A.M. & Moreira, R. (2020) ‘A construção da “Polícia Militar feminina” no Paraná’, In: Vasquez, G. G. HI (org.), *Nova história das mulheres no Paraná*, pp. 128-158, Editora FI.
- Souza, M. S. (2015) ‘O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo’, comunicação apresentada no 39ª ANPOCS, 26 a 30 de outubro de 2015, acessado em 12 de abril de 2021, <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>>